



Orgulho Conectado: Responsabilidade, Segurança e Diversidade na Era Tech



Realização



Cartilha

Orgulho Conectado: Responsabilidade, Segurança e Diversidade na Era Tech

Apoio:



Realização



Observatório Brasileiro
LGBTI+ Janaina Dutra

S586

Orgulho Conectado: responsabilidade, segurança e diversidade na era tech /Coordenação e autoria de Ciro Henrique Santos da Silva. – ABGLT, Acontece Arte e Política LGBTI+ & Observatório Brasileiro LGBTI+, 2025.

Realização: Observatório Brasileiro LGBTI+ – Janaina Dutra; ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos; Acontece Arte e Política LGBTQIA+; ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais.

01f.

ISBN: 978-65-994905-4-5

1. Direitos digitais. 2. Diversidade. 3. LGBTI+. 4. Plataformas digitais. 5. Segurança online. 6. Inclusão. 7. Regulação da internet. I. Tech. II. ABGLT. III. Acontece. IV. ANTRA. V. Observatório Brasileiro LGBTI+.

CDU 004.738.5:316.346.2(81)

CDD 303.4832

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento, é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do/a/e autor/a/e (Lei no 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal da República Federativa do Brasil.

Distribuição Gratuita – Venda Proibida





O presente documento, **Orgulho Conectado:**

Responsabilidade, Segurança e Diversidade na Era Tech,

é uma realização do Observatório Brasileiro LGBTI+ - Janaína Dutra para fortalecer o enfrentamento à LGBTIfobia nos ambientes digitais e propor caminhos coletivos para a promoção de uma tecnologia mais justa, diversa e segura. A seguir, reconhecemos e agradecemos os envolvidos na criação e produção desta cartilha:

Coordenação do Projeto e Escrita

Ciro Henrique Santos da Silva - Graduando em Direito (UPE) e membro da Diretoria da ABGLT e Acontece LGBTI+

Contribuições Analíticas

Pablo de Moura Nunes - Doutor em Ciências Políticas (IESP - UERJ)

Pietra Fraga do Prado - Mestranda em Cooperação Internacional em Direitos Humanos (UNIBO)

Reydne Bruno dos Santos - Doutorando em Ciência da computação (UFPE).

Revisão de Texto

Juliana Uzeda

Identidade Visual e Diagramação

Ruth Rocha Azevedo

Ilustrações

Mariana Pedrosa e Ruth Rocha Azevedo

Presidência das Instituições

Alexandre Bogas - Acontece Arte e Política LGBTI+

Bruna Benevides - ANTRA

Victor De Wolf - ABGLT

Apoio

CESeC - Centro de Estudos de Segurança e Cidadania/Panóptico

Instituto Fuzuê Por Direitos Humanos



Agradecimentos Especiais

Agradecemos profundamente às organizações e ativistas da comunidade LGBTQIAPN+ que, com seu trabalho diário de resistência e transformação, nos proporcionaram as bases para a construção desta cartilha. Nossa gratidão também se estende aos parceiros institucionais que acreditam na promoção de uma governança digital justa e responsável.





- 8** **Apresentação**
- 10** **Conectando Direitos à Vida Real**
- 12** **Violências Digitais: Arquitetura do Ódio nas Redes**
- 16** **Do Virtual ao Real: O Caso de SP e a Violência Concreta**
- 20** **Empresas Tech e o Papel Social: A Quem Serve a Inovação?**
- 24** **Diversidade Importa: Boas Práticas e Caminhos Possíveis**
- 32** **Referências e Inspirações**
- 35** **Nossas Redes**



Apresentação

O **Observatório Brasileiro LGBTI+ - Janaína Dutra** coordenado pela ABGLT em parceria com a Acontece Arte e Política LGBTI+ e apoiado pela ANTRA, atua no monitoramento das políticas públicas, do acesso a direitos e da violência contra a população LGBTQIAPN+ no Brasil.

Através de **pesquisa, formação, advocacy e comunicação estratégica**, o Observatório se propõe a ser uma ferramenta viva e engajada, que articula múlti-

plas frentes de luta em favor da justiça social, da dignidade e da visibilidade da comunidade LGBTQIAPN+. Como parte das atividades do Observatório, esta cartilha surge em resposta a um crítico momento em que a presença da comunidade LGBTQIAPN+ nos ambientes digitais enfrenta desafios crescentes.

Plataformas que deveriam garantir liberdade de expressão e conexão têm, muitas vezes, reproduzido práticas de exclusão, silenciamento e omissão diante da violência. A liberdade de ser quem se é, também no ambiente virtual, precisa ser protegida com firmeza, responsabilidade e compromisso coletivo.

Inspirados por iniciativas potentes como o policy paper **"Tecnopolíticas da Dissidência"**, do Vote LGBT, refletimos sobre como as tecnologias impactam nossas vidas e sobre a urgência de uma cidadania digital que nos reconheça em nossa diversidade.

Com isso, esta cartilha se propõe a ser um instrumento de informação, formação e mobilização. Um convite ao diálogo, à escuta e à ação. Queremos contribuir com a construção de um ambiente digital mais justo, inclusivo e seguro para todas as pessoas — especialmente aquelas que historicamente têm sido silenciadas ou invisibilizadas.

Que este material circule, provoque reflexões e fortaleça redes de apoio. Porque orgulho é também cuidado, e ocupar espaços, inclusive os digitais, é parte essencial da nossa resistência e existência coletiva.

Conectando Direitos à Vida Real



A internet faz parte da nossa vida. Ela não é só um lugar para mandar mensagens ou ver memes — é onde a gente **cria laços, milita, se expressa, trabalha, ama e resiste.**

Para a comunidade LGBTQIAPN+, o digital foi (e ainda é!) um espaço de expressão e vivências. Foi ali que muita gente encontrou **acolhimento, representatividade, redes de apoio** e até **segurança**, diante da exclusão e da violência que ainda enfrentamos no mundo físico.

Mas se o universo digital pode ser abrigo, ele também pode ser armadilha. As mesmas plataformas que nos conectam também: espalham ódio e preconceito, silenciam nossas vozes e apagam nossas existências. A violência digital é real. Ela machuca!

Imagine a tecnologia como uma ferramenta. Sua criação e seu uso refletem escolhas e prioridades de quem a desenvolve e a utiliza. É isso que chamamos de Tecnopolítica:

A ideia de que a tecnologia não é só um monte de fios e códigos. Ela é cheia de decisões sobre poder, dinheiro e cultura.

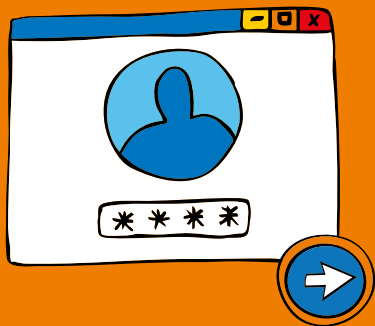
Pensar em tecnopolítica é entender que inovação, dados e algoritmos não são neutros ou imparciais. Pelo contrário, eles vêm com "escolhas" e "preferências" que, muitas vezes, acabam apagando ou diminuindo a importância de quem é diferente.

Quando as plataformas que usamos todos os dias (como redes sociais, sites de busca, etc.) não protegem nossos direitos, nos invisibilizam ou até nos censuram, isso não é um simples erro técnico. É uma falha ética, política e estrutural.

Significa que o sistema por trás dessas plataformas é construído em cima de relações desiguais de poder. E isso precisa mudar!

Violências Digitais: Arquitetura do Ódio nas Redes





A internet prometeu ser um espaço de liberdade e expressão para todas as pessoas. No entanto, ela também se tornou um pesadelo para a população LGBTQIAPN+ quando os sistemas que organizam o fluxo de informações começaram a restringir nossa existência.

Já parou para pensar o que acontece quando as plataformas digitais, com suas regras, filtros e decisões que a gente não vê, decidem que nossas identidades não devem aparecer? Quando pessoas como nós, que não se encaixam nos padrões, são apagadas, silenciadas ou propositalmente excluídas por escolhas feitas em reuniões onde, na maioria das vezes, não há ninguém da nossa comunidade?

É importante entender que não são os algoritmos em si que nos atacam. A questão está nas **estruturas que os programam**. Elas dão prioridade ao lucro, ao controle e a padrões que acabam repetindo as violências e preconceitos que já conhecemos fora da internet.

Um Exemplo de Apagamento em Tempo Real

Para você entender melhor como isso funciona na prática, vamos olhar o que aconteceu em janeiro de 2025 com a Meta, empresa que gerencia plataformas como Facebook, Instagram e WhatsApp:

A Meta alterou os nomes de temas que celebravam o orgulho LGBTQIAPN+ em seus aplicativos de mensagens. Termos como “Orgulho”, “Transgênero” e “Não-binário” foram substituídos por expressões genéricas como “Arco-íris”, “Algodão doce” e “Pôr do sol dourado” (IG QUEER, 2025).

Mesmo sem um comunicado oficial para explicar essas mudanças, trocar palavras tão importantes para nossa história, nossa política e nossos sentimentos por algo “neutro” e “despolitizado” mostra uma decisão política que opta por “diluir” referências que são fundamentais para milhões de pessoas.



Após a repercussão negativa, a Meta restaurou alguns dos nomes originais, como o tema “Orgulho LGBTQIA+”, mas outras opções, como “Não-binário”, foram removidas (CNN BRASIL, 2025).

Essas atitudes mostram como as decisões de grandes empresas podem impactar diretamente nossa visibilidade e nosso reconhecimento. A forma como as plataformas digitais representam (ou deixam de representar) nossas identidades tem implicações profundas na nossa capacidade de nos afirmar e de sentir que fazemos parte, ainda mais porque a internet é um espaço tão vital para nossa expressão e resistência.

Um Problema de Todo o Sistema

É crucial sublinhar que esse não é um problema só da Meta. Muitas outras empresas também acabam seguindo o caminho da exclusão, do apagamento e do silenciamento sistemático de corpos dissidentes.

Quando esse poder é usado para **censurar identidades e normalizar o preconceito**, os impactos vão além do que é simbólico. Eles se tornam **concretos e violentos**.

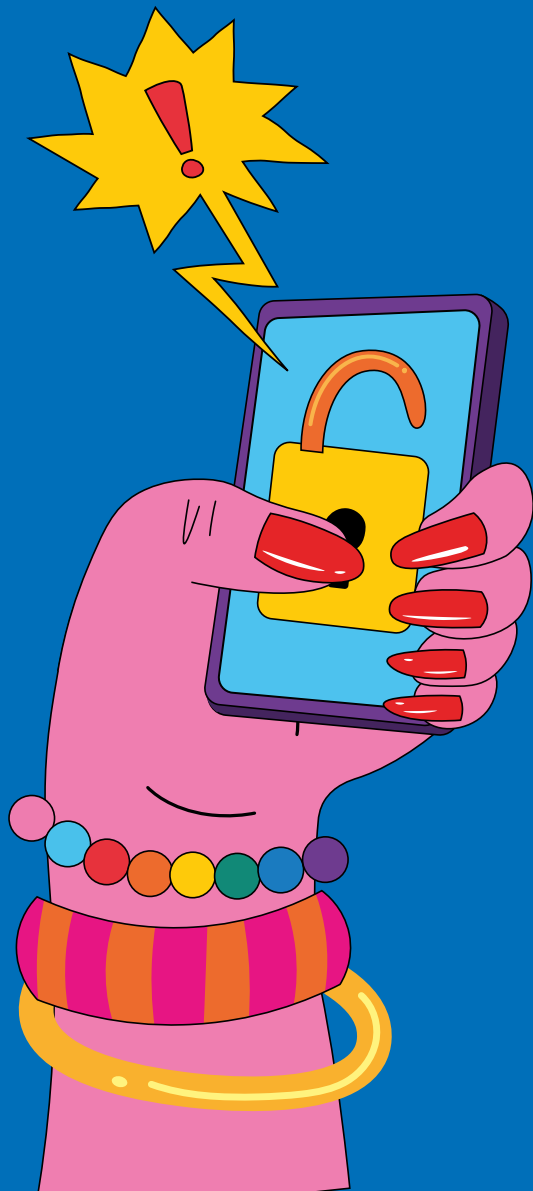
Estamos falando de vidas. E o que acontece no digital reverbera diretamente no mundo físico e vice-versa.

Do Virtual ao Real: O Caso de SP e a Violência Concreta

Conexão ou Risco?

A gente usa aplicativos para tudo, né? Pra conversar, ir para algum lugar, pedir comida, fazer novas amizades ou até encontrar um amor. Mas, se essas plataformas não tiverem regras fortes de segurança e diversidade, elas viram um lugar superperigoso para nossa comunidade.

Para gente que sempre se encontrou na internet, a ausência de proteção efetiva nessas plataformas nos condena a mais um espaço de medo constante, para além das ruas.



A Linha Entre o Online e o Offline Sumiu!

Hoje em dia, a diferença entre o que é virtual e o que é real não existe mais, é uma invenção! O que acontece nas telas afeta, de forma direta e violenta, as ruas, nossos corpos e nossas vidas. Da mesma forma, **a violência e o preconceito que enfrentamos nas ruas também se refletem e se amplificam no ambiente digital,** criando um ciclo perigoso de agressão contra nossos corpos e existências.

O caso do jovem de São Paulo, que teve a vida interrompida em junho de 2024 após um encontro marcado por meio de um aplicativo (G1, 2024), não é apenas mais um crime. É a prova de que a negligência das empresas e a ausência de leis que garantam nossa proteção podem ter consequências gravíssimas.

Esse jovem confiou na promessa de segurança e conexão oferecida pelo aplicativo e acabou sendo vítima de um crime brutal. Uma tragédia que, sim, poderia ter sido evitada se houvesse mecanismos de proteção de fato, que realmente se preocupassem com a segurança de quem os utiliza.

A CPI da LGBTIfobia Digital: Uma Luz de Esperança

Diante desse caso tão grave, o Deputado Estadual de São Paulo, Guilherme Cortez, conseguiu as 32 assinaturas necessárias para criar uma **Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)**. O objetivo? Investigar e combater o desaparecimento e assassinato de pessoas LGBTQIAPN+ depois de encontros marcados por aplicativos (BERGAMO, 2024).

O pedido da CPI é muito explícito e aponta um padrão preocupante:

"Diante da fragilidade da segurança digital dos aplicativos de encontros, criminosos têm utilizado essas plataformas para atrair pessoas LGBTI+ por meio de perfis falsos, cometendo crimes como roubo, extorsão, violência física e homicídios."

Essa afirmação, junto com o que mostram as notícias e os movimentos sociais que sempre apontaram para violências ligadas a encontros por aplicativos, reforça que **esses não são casos isolados. É um problema de todo o sistema.**

O caso do jovem paulista, assim como tantos outros que ocorrem todos os dias, mostra de forma dolorosa como as brechas de segurança dessas plataformas não são só “erros técnicos”: elas se tornam **vulnerabilidades reais** que colocam vidas em risco. A falta de ferramentas básicas, como botões de emergência, localização segura, ou até mesmo um controle eficiente contra mensagens de ódio, transforma a internet num caminho direto para a violência física e psicológica.

Um Chamado à Responsabilidade

As empresas de tecnologia não podem mais se esconder atrás do papo de “inovação”, “progresso” e uma falsa ideia de que são “neutras”. Elas **são corresponsáveis pela insegurança**, pelo medo e pela violência que afetam nossas vidas. E isso não é só uma questão de ética, é uma **questão de direitos humanos**.

Diante dessa realidade, o Estado também não pode ficar parado. É **urgente e necessário** regular a inteligência artificial e as plataformas digitais, além de garantir que as vítimas tenham acesso à justiça, seja pelos crimes cometidos no ambiente digital ou por suas consequências no mundo real. Isso não é apenas para acompanhar o avanço da tecnologia, mas para garantir que isso ocorra com **ética, de forma democrática e com responsabilidade social**.

Empresas Tech e o Papel Social: A Quem Serve a Inovação?

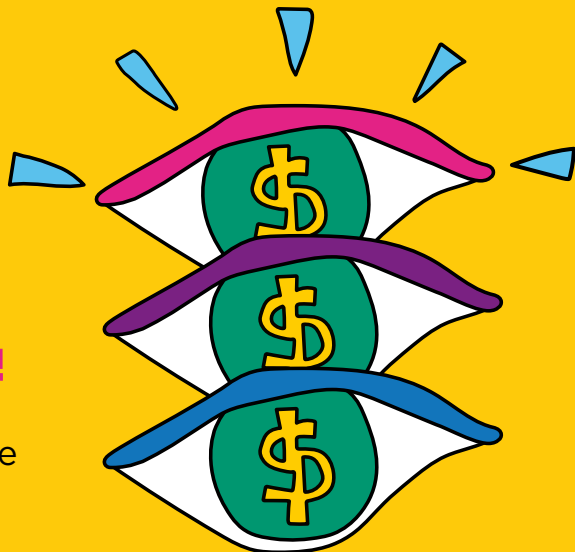
A Promessa da Inovação: Para Quem Ela Funciona?

A gente ouve sempre que a tecnologia e a inovação vão trazer progresso, nos conectar e democratizar a informação. Parece lindo, né? Mas a gente precisa ir mais fundo e perguntar: para quem essa inovação realmente serve? Quem está no centro das decisões sobre tecnologia e quem continua de fora?

Quando olhamos para a comunidade LGBTQIAPN+, que sempre foi excluída, a resposta nem sempre é boa. A tecnologia, com todo seu poder de mudar o mundo, pode ser tanto uma ferramenta para nos libertar quanto para nos oprimir. Tudo depende de quem tem o controle dos sistemas, dos algoritmos e das decisões que moldam o que a gente vive na internet.

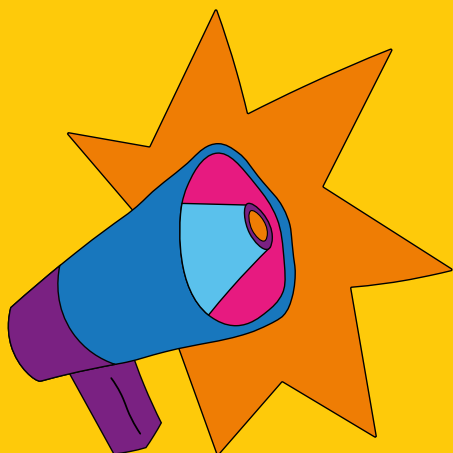


Big Techs: Mais Que Empresas, São Gigantes com Responsabilidade!



As grandes empresas de tecnologia, como Meta (Facebook, Instagram, WhatsApp), Google, Apple, Amazon e tantas outras, não são só empresas que oferecem serviços; elas viraram uma parte essencial do nosso dia a dia, moldando como a gente se informa, se relaciona e entende o mundo. São como novos “atores públicos”, com alcance global e um poder enorme de influenciar a todos.

Com essa importância, vem uma responsabilidade social que não dá para negar: essas empresas têm o dever de garantir que seus espaços online sejam seguros, inclusivos e promotores de direitos, e não máquinas de exclusão, que funcionam com algoritmos que a gente não entende e lógicas que só visam o lucro.



Ignorar a Diversidade é Violência!

Quando essas empresas não dão a devida atenção à diversidade e à igualdade em suas equipes, nas regras de

moderação de conteúdo ou em suas ações públicas, elas, na prática, continuam com as desigualdades que já existem no mundo físico e as levam para o digital. E isso não é só falta de atenção, é violência!

É violência simbólica, institucional, emocional e, muitas vezes, letal. Quando pessoas LGBTQIAPN+ são silenciadas com a desculpa de “moderação”, ou quando conteúdos que celebram nossas existências são removidos, enquanto mensagens de ódio continuam sem punição, o que está em jogo é nosso direito básico de existir com dignidade.

Promover a diversidade nas empresas vai muito além de fazer campanhas bonitas em junho (mês do Orgulho LGBTQIAPN+) ou fazer parcerias rápidas com influenciadores. É preciso ter um **compromisso de verdade e permanente com a igualdade na estrutura da empresa.**

E tem um motivo muito prático para isso: investir em diversidade é uma escolha inteligente para o negócio!

Pesquisas (Pontotel, 2024), mostram que empresas com equipes diversas são mais criativas, inovadoras, resistentes e lucrativas.

Elas entendem melhor quem usa seus produtos e serviços, criam soluções mais eficazes e constroem uma boa reputação num mundo onde as pessoas valorizam a ética e a autenticidade.

Um Futuro Justo Depende de Vocês!

Se a tecnologia quer mesmo ser protagonista de um futuro melhor, precisa entender algo fundamental: **não existe**

**futuro possível sem
igualdade e justiça.**

A inovação que ignora os direitos humanos não é progresso, é apenas uma nova forma de dominação, com uma roupagem moderna.

É tempo de exigir mais. De exigir plataformas que compartilhem poder, que ouçam as vozes que foram silenciadas por tanto tempo e que construam, com responsabilidade, os alicerces de um mundo digital mais justo para todas as pessoas. Porque a inovação só serve a todas as pessoas quando assume sua responsabilidade social.



Diversidade Importa: Boas Práticas e Caminhos Possíveis



Diversidade: Mais Que Uma Escolha, Uma Necessidade Urgente!

Falar sobre diversidade deixou de ser algo que a gente “pode” fazer para se tornar algo que a gente precisa fazer, e é superimportante! Em um mundo onde a democracia anda para trás, onde tem censura escondida e discursos de ódio crescendo, criar ambientes digitais e de trabalho que sejam de verdade seguros, inclusivos e que representem a todas as pessoas é um desafio que não dá pra fugir. E, mais que isso, é um compromisso ético que não pode ser adiado.

Empresas e governos que ignoram a diversidade não estão só atrasando o progresso: eles estão falhando com a democracia e com os direitos humanos.

Boas Práticas: Um Ato de Resistência e Inteligência!

Em tempos em que a desinformação e a violência se espalham rápido demais pelos algoritmos, mostrar boas práticas para combater a LGBTfobia e promover a diversidade é um ato de resistência e de inteligência. Organizações que assumem essa responsabilidade não só ganham mais importância na sociedade, mas também mostram que são maduras, que pensam no futuro e que estão preparadas para

viver num mundo que é cada vez mais conectado, diverso e exigente.

No mundo da tecnologia e da inovação, a diversidade não pode ser só um enfeite ou uma campanha de marketing passageira. Ela precisa estar escrita no código-fonte das decisões das empresas. Isso quer dizer:

Contratar e Manter Pessoas LGBTQIAPN+:

Ter políticas que ajudem na contratação e na permanência de pessoas da nossa comunidade, pensando também nas outras partes da nossa identidade (raça, gênero, etc.).

Criar Juntos, Desde o Início: Usar um “design participativo” para criar produtos e políticas, garantindo que pessoas LGBTQIAPN+ participem desde o começo até a hora de avaliar o resultado.

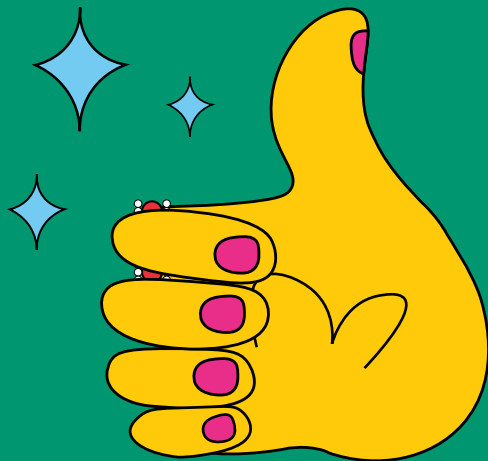
Cultura Sem Preconceito: Estimular uma cultura dentro da empresa que seja contra qualquer tipo de discriminação como parte essencial do compromisso com a diversidade.

Avaliar os Algoritmos com Olhar Amplo: Fazer análises de como os algoritmos impactam as pessoas, levando em conta raça, gênero, sexualidade entre outros marcadores sociais.

Ouvir Nossas Vozes: Criar e fortalecer formas de escuta dos movimentos sociais LGBTQIA+.

Um Exemplo que Dá Certo

Um exemplo de como essas ideias podem funcionar na prática vem das plataformas digitais de relacionamento.



O **Match Group**, que é dono de vários sites e aplicativos, têm feito ações importantes para criar ambientes digitais mais seguros e inclusivos para a nossa comunidade. A empresa trabalha junto com ONGs LGBTQIAPN+, buscando incluir diferentes pontos de vista no desenvolvimento de seus produtos, regras e ações.

O Match Group tem normas bem rígidas para proteger usuários LGBTQIAPN+, com tolerância zero para discursos de ódio e preconceito. A empresa proíbe o uso das ferramentas de denúncia para atacar pessoas por causa da sua identidade de gênero, orientação sexual ou outras características. Moderadores treinados identificam denúncias falsas e tomam medidas contra quem usa essas ferramentas para agredir quem só está sendo quem é.

Esse compromisso é posto em prática com a ajuda de moderadores humanos, inteligência artificial e denúncias feitas pela própria comunidade, tudo para identificar e impedir comportamentos violentos e criminosos. As ONGs parceiras também ajudam a criar

regras de segurança e a treinar as equipes internas, garantindo que pessoas LGBTQIAPN+ possam usar as plataformas com mais segurança e confiança.

Diversidade Como Regra, Não Exceção!

Essas boas práticas mostram que, com vontade política e compromisso de verdade com a igualdade, dá para transformar boas intenções em ações concretas. Mas não basta só comemorar algumas iniciativas. A diversidade precisa deixar de ser algo raro e se tornar a regra.

É urgente que esses compromissos se espalhem por toda a internet, criando uma forma de governança digital que seja de verdade justa, inclusiva e democrática para as pessoas LGBTQIAPN+.

A regulação é um passo urgente e indispensável.

Governos e organizações internacionais precisam criar e aplicar regras explícitas e rígidas que obriguem as plataformas digitais a seguir princípios fortes de direitos humanos em tudo o que fazem.

O Projeto de Lei nº 2338/2023 é uma oportunidade real nesse cenário. Essa proposta, que cria regras para a inteligência artificial no Brasil, pode trazer mecanismos eficazes para combater a violência dos algoritmos, garantir mais transparência, responsabilizar as plataformas e proteger grupos que sempre foram marginalizados.

Para isso, é muito importante que a construção dessa lei tenha a participação de muita gente, especialmente de quem é mais afetado. O debate sobre esse PL já está rolando e movimenta especialistas, organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Muita gente defende que essa lei precisa promover a justiça social, a não discriminação e a responsabilidade das plataformas pelos impactos que elas causam. Nós, desse Observatório, nos unimos a esse movimento, reforçando nosso compromisso com uma governança digital justa e democrática.

Regular a inteligência artificial e os ambientes digitais, portanto, não é só uma tarefa técnica. É uma exigência **ética, política e social**. Se o Estado se omitir, ele estará, na prática, permitindo que as estruturas de exclusão e violência continuem existindo, agora também em forma de código.

A segurança no ambiente digital não é um privilégio. É um direito. E se as plataformas são hoje territórios digitais onde existimos, trabalhamos, amamos e vivemos, elas têm, sim, a obrigação de garantir que esses espaços sejam seguros, acessíveis e livres de violência para todas as pessoas. Porque nossas vidas não são negociáveis, nem nos algoritmos, nem nas ruas.

Nossa Voz Faz a Diferença!

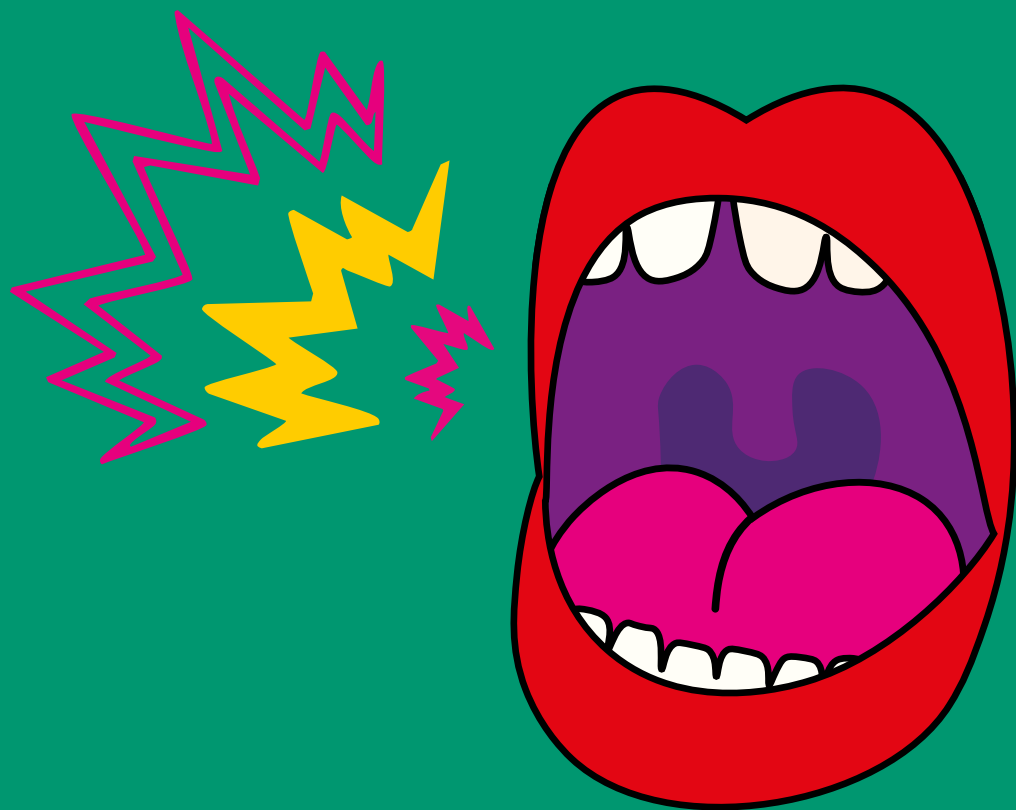
Nesse processo, nós, da sociedade civil, temos um papel fundamental e transformador. Organizações, coletivos e movimentos sociais LGBTQIAPN+ não só denunciam e acompanham as violações, mas também são protagonistas na construção de soluções reais, baseadas no que a gente vive e no que a gente sabe na prática.

São as nossas vozes, legítimas, críticas e que vêm de dentro das realidades que queremos mudar, que devem estar nos espaços de decisão estratégicos: desde a criação de leis até os conselhos das empresas e os órgãos de fiscalização. Excluir nossas perspectivas é continuar com a marginalização e prejudicar a eficácia de qualquer ação em prol dos direitos humanos.

Por fim, garantir uma governança digital justa para pessoas LGBTQIAPN+ é mais que uma necessidade: é um compromisso moral e político que exige a união de todas as pessoas e ações firmes. Essa governança precisa ser baseada em princípios de transparência, responsabilidade e participação ativa das comunidades afetadas.

Isso garante que nossas vozes e experiências orientem cada etapa da criação, uso e fiscalização das tecnologias digitais. Somente com um modelo inclusivo, que reconheça e combata as várias formas de preconceito e discriminação, poderemos construir ambientes digitais seguros, acessíveis e que nos

libertem. Espaços onde todas as identidades sejam respeitadas e protegidas, e onde a dignidade humana seja a base inegociável de toda inovação tecnológica. A governança digital justa é, então, a chave para transformar a promessa da tecnologia em um futuro de igualdade real e duradoura para todas as pessoas.



Referências e Inspirações

BERGAMO, Mônica. Deputado obtém assinaturas para CPI sobre violência contra pessoas LGBTQIA+ em aplicativos. Folha de S.Paulo, São Paulo, 26 nov. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2024/11/deputado-obtem-assinaturas-para-cpi-sobre-violencia-contra-pessoas-lgbtqia-em-aplicativos.shtml>. Acesso em: 23 maio 2025.

BRASIL DE FATO. Violência contra LGBTQIA+s: aplicativos de relacionamento não podem se isentar do mau uso das plataformas. Brasil de Fato, 18 jun. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 21 maio 2025.

CNN BRASIL. Meta altera nomes de temas que se referiam à comunidade LGBT; saiba como ficou. CNN Brasil, 8 jan. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/meta-altera-nomes-de-temas-que-se-referiam-a-comunidade-lgbt-saiba-como-ficou/>. Acesso em: 3 jun. 2025.

G1. Polícia investiga assassinato de jovem após encontro por aplicativo de relacionamento gay; família aponta crime de ódio. G1 São Paulo, 15 jun. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 21 maio 2025.

IG QUEER. Meta muda nome de temas do Messenger e Instagram para evitar termos LGBTQIAPN+. IG Queer, 8 jan. 2025. Disponível em: <https://queer.ig.com.br/2025-01-08/meta-muda-nome-temas-messenger-e-instagram-para-evitar-terminos-lgbtqiapn-.html>. Acesso em: 3 jun. 2025.

MACHADO, Vinicius Rocha Pinheiro; DIAS, Jefferson Aparecido; FERRER, Walkiria Martinez Heinrich. Biopolítica e novas tecnologias: o discurso do ódio na Internet como mecanismo de controle social. Revista de Informação Legislativa: RIL, Brasília, v. 55, n. 220, p. 29-51, out./dez. 2018.

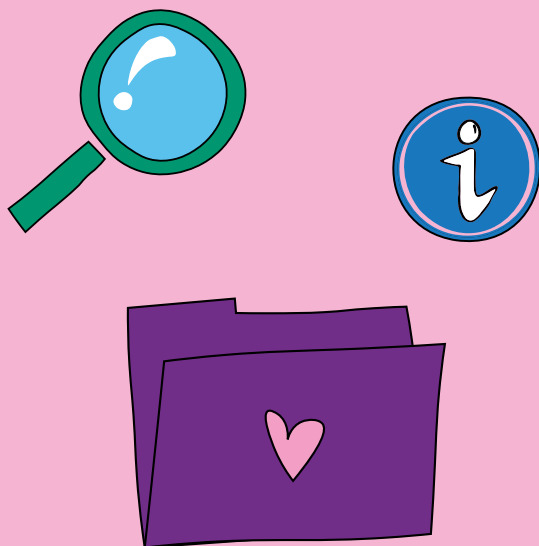
PODER 360. Meta remove termos LGBT de temas de chats do Messenger. Poder360, 8 jan. 2025. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-tech/meta-remove-terminos-lgbt-de-temas-de-chats-do-messenger/>. Acesso em: 3 jun. 2025.

PONTOTEL. Diversidade nas empresas: o que é, qual sua importância e como aplicar. [S. l.]: Pontotel, 2024. Disponível em: <https://www.pontotel.com.br>. Acesso em: 21 maio 2025.

RIBEIRO, Gabriela. Tinder: uma etnografia sobre encontros, socialidades e experimentações de si. Mana, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, e206, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana>. Acesso em: 21 maio 2025.

ROMANO, Raissa (org.). Tecnopolíticas da dissidência: IA, democracia e representação LGBTQ+ no Brasil. São Paulo: Vote LGBTQ, 2025. Parceria: Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Apoio: Google.org.

SILVA, Andressa Almeida Belo da; PENTEADO, Claudio Luis Camargo. Tecnopolítica: a tecnologia como instrumento central na política do século XXI. PesquisaBC, Santo André, n. 36, dez. 2023. Disponível em: <https://www.ufabc.edu.br/divulgacao-cientifica/pesquisabc/edicao-n-36-dezembro-de-2023/tecnopolitica-a-tecnologia-como-instrumento-central-na-politica-do-seculo-xxi>. Acesso em: 21 maio 2025.



Nossas Redes:

ABGLT:



Instagram: [@abgltoficial](https://www.instagram.com/abgltoficial)

Site: www.abgltoficial.org

Acontece:



Instagram: [@acontecelgbti](https://www.instagram.com/acontecelgbti)

Site: www.acontecelgbti.org

ANTRA:



Instagram: [@antraoficial](https://www.instagram.com/antraoficial)

Site: antrabrasil.org

CESeC/Panóptico:



Instagram: [@opanoptico](https://www.instagram.com/opanoptico)

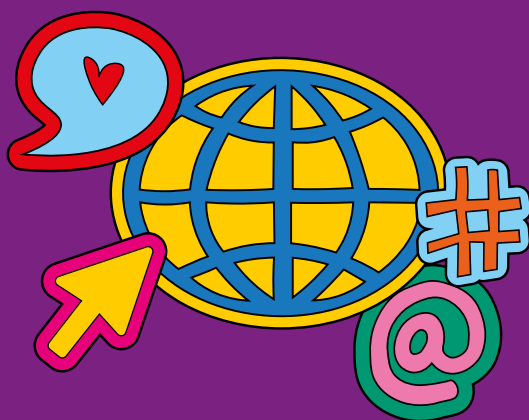
Site: www.opanoptico.com.br/#mapa

Instituto Fuzuê:



Instagram: [@institutofuzue](https://www.instagram.com/institutofuzue)

Site: www.institutofuzue.com



Apoio:



Realização

